

Dívida mobiliária duplicou desde o Real

A dívida mobiliária estadual e municipal duplicou desde a criação do Real, em consequência do aumento das taxas de juros e dos pagamentos de dívidas judiciais (precatórios). O saldo da dívida mobiliária das unidades federativas atingiu R\$ 46,5 bilhões em julho de 1996, aumento de 125,7% em relação a julho de 1994. A dívida só não cresceu mais porque uma parte, a um custo menor, é rolada no mercado com bônus do Banco Central.

As operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (AROS) no primeiro semestre deste ano caíram. Em compensação houve um aumento significativo no fluxo das dívidas fundadas, que são operações de financiamento de 24 meses a 36 meses. O fluxo das duas operações saltou de R\$ 3 bilhões entre janeiro a julho de 1995 para R\$ 5,8 bilhões no mesmo período este ano, acréscimo de 93,3%.

“Houve uma piora no quadro de endividamento de estados e municípios em função do crescimento vegetativo das dívidas e do pagamento de precatórios”, disse o chefe da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira.

Os estados e municípios por restri-

ções legais estão impedidos de emitir novos títulos para pagamento de despesas até 1999. A emissão de papéis só é autorizada pelo Senado Federal para rolagem do principal da dívida e a cobertura de despesas com precatórios.

O comportamento da dívida mobiliária do Estado de São Paulo é um bom exemplo. A dívida mobiliária era de R\$ 7,8 bilhões em janeiro de 1994 e em julho último atingiu a R\$ 16,9 bilhões, aumento de 116,7%. Os municípios de Guarulhos, Campinas e Osasco, que não tinham nenhum tipo de dívida mobiliária, foram autorizados a emitir títulos para pagamento de despesas de decisões judiciais.

Os municípios brasileiros, no conjunto, têm uma dívida mobiliária de apenas R\$ 6 bilhões, dos quais a Prefeitura de São Paulo é responsável por 75%. A dívida mobiliária dos estados chega a R\$ 40 bilhões. O maior equilíbrio financeiro dos municípios pode ser visto nas operações de empréstimos feitos com AR0 e no comportamento da dívida fundada junto aos bancos. Nesses dois tipos de empréstimos, o fluxo dos empréstimos entre janeiro a julho foi de R\$ 1,8 bilhão.

(I.J.B.)